

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO GLOBAL								
DOCENTE	EVANDRO MENEZES DE CARVALHO								
CÓDIGO	GRDDIR016/GRDDIR059	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	3º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.								
OBJETIVOS	Refletir e compreender o papel do Estado, das Organizações Internacionais e dos indivíduos como sujeitos de Direito Internacional sob uma ótica contemporânea.								
METODOLOGIA	O curso priorizará a metodologia de Aulas Participativas, com discussões baseadas nas leituras obrigatórias. As aulas dependem da ativa participação das alunas e dos alunos num exercício de constante diálogo, questionamentos e problematizações com a professora. As discussões têm como objetivos, além de incentivar a preparação prévia, (i) realizar a verificação de leitura da bibliografia indicada para cada aula; (ii) promover a reflexão crítica; (iii) despertar o interesse e o engajamento de todos; (iv) desenvolver habilidades relacionadas à oratória e argumentação jurídica. Também serão desenvolvidas metodologias ativas a partir de estudos de caso e julgados, jogos, Problem Based Learning (PBL) e Team-Based Learning (TBL), que podem ser realizados em dupla ou em grupo.								
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Direito estrangeiro e direito comparado. Direito transnacional. Direito Supranacional. Soft Law.								
2	Formação e métodos do Direito Internacional.								
3	Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado.								
4	O Estado como sujeito de Direito Internacional. Soberania e Política Externa.								
5	Reconhecimento de Estado e de governo. Sucessão de Estados.								
6	Domínio Público Internacional: mar e espaço aéreo.								

7	Jurisdição e Imunidades no Direito Internacional: Imunidade Estatal, Diplomática e Consular
8	Diplomacia, direito diplomático e consular
9	Responsabilidade Internacional de Estados
10	Modos de solução de conflitos internacionais.
11	Modos de solução de conflitos internacionais.
12	Fontes do Direito Internacional (Público e Privado).
13	Tratados internacionais e a prática brasileira. Conflito de fontes do direito internacional.
14	Condição jurídica do estrangeiro e a proteção internacional dos direitos humanos.
15	História e teoria das organizações internacionais.
16	Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias).
17	Manutenção da paz e da segurança internacional. Uso da força e legítima defesa.
18	Corte Internacional de Justiça.
19	Estudos da jurisprudência internacional contemporânea.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>A nota de cada etapa (P1 e P2) será composta da seguinte maneira:</p> <p>N1: 60% Avaliação escrita, presencial e sem consulta. A partir de questões objetivas e subjetivas, serão apresentados problemas reais ou fictícios para análise e resolução, a partir dos conceitos e leituras do curso.</p> <p>N2: 20% Participação nos debates promovidos em sala de aula a partir das leituras prévias. Serão levados em consideração: a demonstração da compreensão do texto; a capacidade argumentativa e crítica; o conteúdo técnico apresentado e articulado com saberes prévios e a realidade atual.</p> <p>N3: 20% Participação nas atividades propostas em sala de aula (estudos de caso, jogos, TBL ou PBL). As datas serão previamente informadas aos discentes.</p> <p>*Presença: a chamada poderá ser feita no início ou no final da aula.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>TEIXEIRA, Carla Noura. Direito Internacional para o século XXI. Brasil: Saraiva, 2013.</p> <p>TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de Direito Internacional Público e Privado. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Direito Internacional Público. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BROWNLIE, Ian. Principles of Public International Law. Oxford University Press.</p> <p>CARVALHO, Evandro Menezes de. Semiotics of International Law: trade and translation. NY: Springer.</p> <p>PIOVESAN, Flavia. Cidadania global é possível?. p. 259-268. In: PINSKY, Jaime (Orgs.). Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>MAZZUOLI, Valerio. Curso de direito internacional público. 15 ed. São Paulo: GEN Forense, 2023.</p> <p>SHAW, Malcolm. International Law. Cambridge University Press, 2017.</p>